Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes aos Períodos de Três e Nove Meses
Findos em 30 de Setembro de 2026 e Relatório do
Auditor Independente sobre a Revisão das
Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de informações financeiras intermediárias.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

68488

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2026	31/12/2025
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	19	20
Títulos e Valores Mobiliários	4	21.891	15.455
Concessionárias e Permissionárias	5	19.430	15.539
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	7	106.621	102.944
Despesas antecipadas		149	196
Imposto a compensar		1.882	1.388
Cauções vinculados	6	6.261	15.760
Outros ativos circulantes		1.757	960
		158.010	152.262
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Cauções Vinculadas	6	19.382	20.506
Depósitos Judiciais		503	481
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	7	962.001	943.973
Outros Ativos não Circulantes		30	30
Imobilizado		1.815	2.044
Intangível		53	63
		983.784	967.097
TOTAL DO ATIVO		1.141.794	1.119.359

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2026	31/12/2025
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	582	805
Debêntures	9	9.300	16.978
Impostos e contribuições a recolher		2.375	2.933
Dividendos e Juros sobre capital próprio		4.000	18.425
Encargos setorial		2.295	1.877
Arrendamento imobiliário		31	121
Outros passivos circulantes		880	1.589
		19.463	42.728
NÃO CIRCULANTE			
Tributos Diferidos	10	200.027	188.229
Debêntures	9	619.574	604.266
		819.601	792.495
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		58.000	58.000
Reserva legal		11.600	11.600
Reserva de lucros a realizar		178.551	197.351
Reserva de incentivos fiscais		17.185	17.185
Lucros acumulados		37.394	-
		302.730	284.136
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.141.794	1.119.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	40.239	44.960	114.492	115.326
Custo de operação e manutenção	13	(2.016)	(2.309)	(6.166)	(6.086)
LUCRO BRUTO		38.223	42.651	108.326	109.240
Despesas Operacionais	14	(1.750)	(1.534)	(4.926)	(4.364)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		36.473	41.117	103.400	104.876
Receita Financeira		1.440	1.278	3.959	3.390
Despesa Financeira		(8.679)	(11.547)	(45.685)	(44.959)
RESULTADO FINANCEIRO	15	(7.239)	(10.269)	(41.726)	(41.569)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		29.234	30.848	61.674	63.307
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO	10.b	(5.067)	(5.490)	(12.780)	(13.342)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		24.167	25.358	48.894	49.965
RESULTADO POR AÇÃO (R$)		0,24	0,25	0,48	0,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	24.167	25.358	48.894	49.965
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	24.167	25.358	48.894	49.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de reais - R$)

			Reserva de lucros				
	Nota explicativa	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	11	58.000	11.600	204.613	12.321	-	286.534
Lucro líquido do período		-	-	-	-	49.965	49.965
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Pagamento de dividendos		-	-	(23.538)	-	-	(23.538)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2025	11	58.000	11.600	181.075	12.321	37.965	300.961
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	11	58.000	11.600	197.351	17.185	-	284.136
Lucro líquido do período		-	-	-	-	48.894	48.894
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	(11.500)	(11.500)
Pagamento de dividendos		-	-	(18.800)	-	-	(18.800)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2026	11	58.000	11.600	178.551	17.185	37.394	302.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	30/09/2026	30/09/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		48.894	49.965
Ajustes:			
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	12.780	13.342
Depreciação e amortização		175	165
Amortização de arrendamento por direito de uso		64	61
Juros e atualização sobre debêntures	9	44.445	44.049
Amortização do custo de captação de debêntures	9	736	372
Juros sobre arrendamento por direito de uso		3	16
Rendimento de títulos e valores mobiliários	15	(4.010)	(3.534)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		(22)	116
Remuneração do ativo de contrato	12	(94.387)	(97.590)
		8.678	6.962
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	7	(3.891)	(2.148)
Ativo de contrato		72.682	69.338
Despesas antecipadas		47	138
Imposto de renda retido na fonte		(494)	105
Outros ativos		(796)	(316)
Fornecedores	8	(223)	(34)
Impostos e contribuições a recolher		(525)	348
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.015)	(982)
Outros passivos		(291)	(4)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		74.172	73.407
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(3)	(423)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(231.928)	(171.717)
Resgate em títulos e valores mobiliários		240.124	180.930
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		8.193	8.790
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		(90)	(114)
Pagamento de juros sobre as debêntures	9	(31.195)	(29.994)
Amortização de principal das debêntures	9	(6.356)	(4.565)
Pagamento de dividendos	11	(33.225)	(35.500)
Pagamento de juros sobre capital próprio	11	(11.500)	(12.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(82.366)	(82.173)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1)	24
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		20	21
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		19	45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tropicália Transmissora de Energia S.A. ("TROPICÁLIA" ou "Companhia"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de abril de 2016.

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha aumentou a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R$76,7 milhões - base jul./16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020. Em 15 de julho de 2025, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.481 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2025-2026 no valor de R$119.377 (base Julho 2025). Em 22 de junho de 2026, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.584 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2026-2027 no valor de R$122.314 (base Julho 2026).

A Receita de remuneração do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita efetiva que remunera o ativo de contrato é de 8% a.a.

1.1. Resumo das principais políticas contábeis

As Informações financeiras intermediárias da Companhia (“informações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) e as demais práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 30 de outubro de 2026.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, disponíveis no site https://tropicaliatransmissora.com.br/informacoes-financeiras/, e por isso devem ser lidas em conjunto.

1.2. Novas normas e interpretações não efetivas

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), não trouxeram impactos significativos em relação àquelas divulgados na nota 3.11 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

2.1. Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro de 2026.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com Instituições Financeiras Brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, debêntures e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 30 de setembro de 2026 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, debêntures, outros ativos e fornecedores.

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

2.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2026	
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários	21.891	21.891
Caução vinculado	25.643	25.643
	47.534	47.534

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	19	19
Contas a receber	19.430	19.430
	19.449	19.449

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor de mercado
Fornecedores	582	582
Debêntures	628.874	628.874
	629.456	629.456

	31/12/2025	
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários	15.455	15.455
Caução vinculado	36.266	36.266
	51.721	51.721

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	20	20
Contas a receber	15.539	15.539
	15.559	15.559

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor de mercado
Fornecedores	805	805
Debêntures	621.244	621.244
	622.049	622.049

2.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

2.4. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

30/09/2026					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
	Títulos e Valores Mobiliários	21.891	1.725	2.300	2.875
CDI %	Caução vinculado	25.643	2.021	2.694	3.368
IPCA %	Debêntures	628.874	18.630	24.841	31.051

31/12/2025					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
	Títulos e Valores Mobiliários	15.455	1.661	2.215	2.769
CDI %	Caução vinculado	36.266	3.898	5.198	6.497
IPCA %	Debêntures	621.244	19.849	26.465	33.081

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/09/2026	31/12/2025
Caixa	5	6
Banco	14	14
	19	20

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/09/2026	31/12/2025
Certificados de depósitos bancários	15.113	15.455
Debêntures	6.778	-
	21.891	15.455

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e títulos de Dívida - Debêntures, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade contratada que variam entre 91% e 101% em 30 de setembro de 2026 e em 31 de dezembro de 2025.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	30/09/2026	31/12/2025
A vencer	13.292	12.474
Vencido	9.123	6.050
(-) PCE	(2.985)	(2.985)
	19.430	15.539

Vencidos	30/09/2026	31/12/2025
Até 30 dias	438	26
Até 60 dias	250	308
Até 90 dias	192	308
Acima de 90 dias	8.243	5.408
	9.123	6.050

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente.

A constituição da Perda de Crédito Esperada - PCE se refere aos valores contestados por usuários acerca de cobranças dos montantes de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais estão em discussão na esfera administrativa.

6. CAUÇÃO VINCULADO

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Certificados de depósitos bancários	6.261	15.760
	6.261	15.760
Não Circulante		
Certificados de depósitos bancários	19.382	20.506
	19.382	20.506

7. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Ativo Contratual	106.621	102.944
	106.621	102.944
Não Circulante		
Ativo Contratual	962.001	943.973
	962.001	943.973

Fluxo de recebimento de caixa referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	30/09/2026	31/12/2025
Saldo inicial	1.046.917	1.012.215
Remuneração do ativo de contrato	94.387	126.851
(-) Recebimentos	(72.682)	(92.149)
Saldo final	1.068.622	1.046.917

8. FORNECEDORES

	30/09/2026	31/12/2025
Cotesa	315	464
Distrinox	102	-
In Forma	65	55
Deloitte	12	-
Douer	11	-
EDTE	9	-
Grassi Contábeis	5	-
Fairfax Brasil	-	145
Tokio Marine	-	35
Emilson	-	26
Outros	63	80
	582	805

9. DEBÊNTURES

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S.A. para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R$407.000, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local, sem cláusula de repactuação e não conversíveis em ações.

- Prazo: 24 anos (até agosto de 2043).
- Custo: IPCA + 5,0921%.
- Carência: 36 meses (até agosto de 2022).
- Amortização exigíveis semestralmente após a carência.
- Juros apurados semestralmente - 1º Pagamento efetuado em agosto de 2021.
- Amortização exigível semestralmente após a carência, tendo iniciado em 15 de agosto de 2022.

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	30/09/2026	31/12/2025
Debêntures	IPCA + 5,0921%	628.874	621.244
Principal		395.637	394.653
Juros		233.237	226.591
Passivo circulante		9.300	16.978
Não circulante		619.574	604.266

- O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

				Amortização			
Debêntures	31/12/2025	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros	Apropriação do custo de captação	30/09/2026
Debêntures	633.664	22.770	21.675	(6.356)	(31.195)	-	640.558
Custos de captação incorridos e pagos	(12.420)	-	-	-	-	736	(11.684)
Total	621.244	22.770	21.675	(6.356)	(31.195)	736	628.874

				Amortização			
Debêntures	31/12/2024	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros	Apropriação do custo de captação	30/09/2025
Debêntures	612.831	22.379	21.670	(4.565)	(29.994)	-	622.321
Custos de captação incorridos e pagos	(13.162)	-	-	-	-	372	(12.790)
Total	599.669	22.379	21.670	(4.565)	(29.994)	372	609.531

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos	
2028	4.070
2029	6.105
2030	16.280
Após 2031	593.119
	619.574

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até “completion”.
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios/Emergentes da Concessão.

“Covenants” financeiros

Devido a essas debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBITDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas são testadas anualmente e estão sendo atendidas.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Passivos Diferidos

	30/09/2026	31/12/2025
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	13.992	14.098
Bases negativas de contribuição social	3.799	4.305
	17.791	18.403
Diferido Passivo		
Imposto de Renda diferido	160.161	151.935
Contribuição social diferida	57.657	54.697
	217.818	206.632
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	200.027	188.229

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

Efeitos no Resultado

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	29.234	30.848	61.674	63.307
Juros sobre Capital Próprio	(4.000)	(4.000)	(11.500)	(12.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	25.234	26.848	50.174	51.307
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	8.579	9.128	17.059	17.444
Bônus e gratificações	-	-	1	6
Outros	61	9	(98)	2
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	4.799	4.962	5.585	5.558
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	3.841	4.175	11.377	11.892
	8.640	9.137	16.962	17.450
Lucro da Exploração	(3.573)	(3.647)	(4.182)	(4.108)
TOTAL	5.067	5.490	12.780	13.342

(*) A Companhia localizada na Bahia é titular de empreendimento na área de atuação da SUDENE, ao qual suas atividades pertencem aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

A Companhia iniciou o aproveitamento do benefício em 2022, tornando a vigência: 01/01/2022 a 31/12/2031 sobre 100% da capacidade instalada.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro 2025 é de R$58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal.

	Quantidade de ações	Participação
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest. Particip. Infraestrutura	101.000.500	100%
	101.000.500	100%

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar.

c.1) Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Companhia atingiu o percentual de 20% do capital social, conforme determina a Lei 6.404/76, art. 193.

c.2) Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais é concernente ao incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido da exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, concedido pela SUDENE. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia Geral para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas no respectivo laudo constitutivo e na legislação fiscal vigente.

c.3) Reserva de Lucros a Realizar

A Reserva de lucros a realizar possui como finalidade reter a parcela do lucro do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

Concernentes ao pagamento de dividendos da conta de reserva de lucros, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 23 de janeiro de 2026 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R$11.575, liquidado em janeiro de 2026.
- Reunião do Conselho de Administração de 30 de junho de 2026 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R$7.225, liquidado em julho de 2026.

d. Dividendos propostos e Juros sobre capital próprio

No exercício de 2025, foi constituído dividendo mínimo obrigatório no valor de R$14.425.

Reunião do Conselho de Administração de 16 de março de 2026, deliberando o pagamento dos dividendos mínimos obrigatório referente à distribuição do lucro líquido do exercício de 2025, no montante de R$14.425, liquidado em abril de 2026.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

Em 30 de setembro de 2026, foram constituídos o total de R$11.500 a título de Juros sobre Capital Próprio e no exercício de 2025 montante de R$16.000.

Concernentes ao pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos propostos, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 31 de dezembro de 2025, deliberando o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R$4.000, liquidado em janeiro de 2026.
- Reunião do Conselho de Administração de 31 de março de 2026, deliberando o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R$3.500, liquidado em julho de 2026.
- Reunião do Conselho de Administração de 30 de junho de 2026, deliberando o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R$4.000, liquidado em julho de 2026.
- Reunião do Conselho de Administração de 30 de setembro de 2026, deliberando o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R$4.000.

	30/09/2026
Saldo inicial	18.425
Constituição de Juros sobre Capital Próprio	11.500
Transferência da Reserva de Lucros a realizar	18.800
Pagamentos de Dividendos	(33.225)
Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	(11.500)
Saldo em 30 de setembro de 2026	4.000

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Remuneração do ativo de concessão	32.788	38.714	94.387	97.590
Receita de O&M	7.375	7.323	21.810	20.803
Outras receitas	2.699	2.511	8.037	7.130
Total da receita bruta	42.862	48.548	124.234	125.523
(-) Pis/COFINS	(2.195)	(3.168)	(8.479)	(8.998)
(-) Encargo setorial	(428)	(420)	(1.263)	(1.199)
Total da receita líquida	40.239	44.960	114.492	115.326

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.
- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.
- Receita de operação e manutenção: Ao reconhecimento contábil da parcela da Receita Anual Permitida (RAP) destinada a remunerar serviços contínuos prestados em contratos de concessão reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

13. CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Pessoal	(360)	(379)	(1.123)	(1.035)
Material	(259)	(77)	(446)	(282)
Serviços de terceiros	(1.279)	(1.686)	(4.222)	(4.354)
Aluguéis	(81)	(121)	(193)	(246)
Seguros	(32)	(36)	(99)	(109)
Impostos e taxas	(5)	(10)	(83)	(60)
	(2.016)	(2.309)	(6.166)	(6.086)

14. DESPESAS OPERACIONAIS

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Pessoal	(775)	(724)	(2.332)	(2.195)
Administradores	(108)	(246)	(325)	(729)
Material	(48)	(23)	(98)	(87)
Serviços de terceiros	(718)	(435)	(1.853)	(1.103)
Depreciação e Amortização	(58)	(58)	(175)	(165)
Aluguéis	(30)	(33)	(89)	(88)
Seguros	(9)	(11)	(26)	(33)
Impostos e taxas	(4)	(4)	(28)	(21)
Sinistro Veicular	-	-	-	57
	(1.750)	(1.534)	(4.926)	(4.364)

15. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(66)	(59)	(200)	(189)
Juros e Atualização de Debêntures	(8.534)	(11.395)	(45.181)	(44.421)
Outras despesas financeiras	(79)	(93)	(304)	(349)
	(8.679)	(11.547)	(45.685)	(44.959)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	1.407	1.357	4.010	3.534
Outras receitas financeiras	103	(17)	142	21
(-) Tributos Receita Financeira	(70)	(62)	(193)	(165)
	1.440	1.278	3.959	3.390
	(7.239)	(10.269)	(41.726)	(41.569)

16. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias para a operação e a implantação do Projeto.

17. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2026, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	5100007115	25/04/2026 a 25/04/2028	R$20.000
Riscos Operacionais	04669202510010118000300 2	30/12/2025 a 30/06/2027	R$23.230
Veículo	36973054	05/11/2025 a 15/04/2027	100%Fipe
D&O	1001000002485	01/04/2026 a 01/04/2028	R$12.000

18. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no terceiro trimestre de 2026 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R$506 em 30 de setembro de 2026, e em 30 de setembro 2025 o montante foi de R$764. A Companhia não possui outras transações com partes relacionadas.

19. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui as seguintes causas possíveis:

Causas administrativas ambientais perante IBAMA por supostamente deixar de atender as condicionantes específicas da Licença de Instalação da Linha de Transmissão, bem como, da ASV - Autorização de Supressão e Vegetação, que somam o valor de R$1.426.

A Companhia é parte no processo administrativo nº 48500.008208/2025, em trâmite perante a ANEEL, referente à contestação de evento de indisponibilidade associado à aplicação de Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) relacionada à LT 500kV Sapeaçu/Poções III C1, decorrente de atraso de 35 minutos na recomposição ocorrida em 15.08.2023. O evento deu origem à aplicação de PVI no valor de R$987, montante que já foi descontado da RAP da Companhia. Posteriormente, em decorrência do Despacho STD/ANEEL nº 714/2026, de março de 2026, foi determinado o recálculo do período de indisponibilidade pelo ONS e nova apuração que, na data-base, totaliza R$8.507 valor este ainda objeto de discussão administrativa.

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciara dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC nº 116761/O-0